

A SITUAÇÃO POLÍTICA EM TIMOR ENTRE 1974 E 1975

THE POLITICAL SITUATION IN TIMOR BETWEEN 1974 AND 1975

Vicente Paulino

Doutorado em Estudos de Literatura e Cultura - especialidade em Cultura e Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa; Licenciado e Mestre em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; professor convidado da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) e diretor do Centro de Estudos de Cultura e Artes (CECA – UNTL). Investigador colaborador do Centro de Estudos de Migração e Relações Interculturais da Universidade Aberta de Lisboa. Investigador colaborador do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT/FCHE-UNTL). email: vicentepaulino123@gmail.com

Submetido: 17 de maio de 2022

Aceito: 15 de setembro de 2022

Publicado: 17 de novembro de 2022

A SITUAÇÃO POLÍTICA EM TIMOR ENTRE 1974 E 1975

Vicente Paulino¹

Resumo: Neste artigo analiso algumas situações ocorridas em Timor-Leste entre os anos de 1974 e 1975. Período este que corresponde desde a Revolução dos Cravos, em Portugal, até à data da invasão indonésia à Timor. Apresento descriptivamente a história da fuga do governador de Timor Português para a ilha de Ataúro, interpretando isso como uma forma de abandono ou entrega de Timor à Indonésia. Com isso, busco compreender o que levou os ocidentais a apoiarem a invasão da Indonésia à Timor, incluindo a posição da Igreja Católica em relação aos dois partidos, a saber: UDT e FRETILIN. Aliado a isto, também foi analisado o papel das Nações Unidas na causa dos timorenses. Em termos metodológicos, toda a abordagem feita nesse artigo é fundamentada nos documentos históricos e nas referências bibliográficas consultadas.

Palavras-chaves: Timor-Leste; Igreja Católica; Nações Unidas; descolonização de Portugal; invasão indonésia.

THE POLITICAL SITUATION IN TIMOR BETWEEN 1974 AND 1975

Abstract: This article analyzes some situations that occurred in Timor-Leste between the years 1974 and 1975. This period corresponds from the *Revolução dos Cravos*, in Portugal, to the date of the Indonesian invasion of Timor. I present descriptively the history of the flight of the governor of Portuguese Timor to the island of Ataúro, interpreting this as a form of abandonment or surrender of Timor to Indonesia. With this, I seek to understand what led Westerners to support the Indonesian invasion of Timor, including the position of the Catholic Church in relation to the two parties, namely: UDT and FRETILIN. Allied to this, the role

¹ Doutorado em Estudos de Literatura e Cultura - especialidade em Cultura e Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa; Licenciado e Mestre em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; professor convidado da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), e diretor do Centro de Estudos de Cultura e Artes (CECA – UNTL). Investigador colaborador do Centro de Estudos de Migração e Relações Interculturais da Universidade Aberta de Lisboa. Investigador colaborador do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT/ FCHS-UNTL). <https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.75>

of the United Nations in the cause of the Timorese was also analyzed. In methodological terms, the entire approach taken in this article is based on historical documents and consulted bibliographic references.

Keywords: East Timor; Catholic Church; United Nations; decolonization of Portugal; Indonesian invasion.

INTRODUÇÃO

A presença secreta, ou pública da Indonésia em Timor-Leste desde 1974 até à data da invasão formal a 7 de dezembro de 1975 pode ser explicada por diferentes formas: primeira, o cônsul da Indonésia em Díli, Sr. Tomodok, procedeu apoio indiretamente ao partido da Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), manifestando abertamente o interesse da Indonésia no jornal *A Voz de Timor* (edição de 1975): “Eu sou de opinião que a única alternativa é a integração na indonésia”. Embora, a Carta de Adam Malik a José Manuel Ramos-Horta, datada de 17 de junho de 1974, afirmou que os acontecimentos em Portugal ofereciam uma boa oportunidade para que o Povo de Timor pudesse acelerar o processo de independência e que a independência de todos os países é um direito de todas as nações e que povo de Timor não é exceção, sendo que a Indonésia não tem quaisquer pretensões sobre o território de Timor-Leste (Malik, 1974). Segundo as transmissões de rádio a partir de Kupang (capital da província de Timor-ocidental) haviam propagandas políticas sem fundamentos para reforçarem o sentimento dos partidos políticos que apoiavam a integração de Timor na Indonésia, a distribuição secreta dos transmissores de rádio e *t-shirts* a um preço mais barato; a coordenação da estratégia política entre os serviços secretos da Indonésia (BAKIN) e a APODETI era convidar os dirigentes de dois partidos políticos para visitar Jakarta, tendo intenção de apurar as informações e intenções políticas destes partidos políticos.

Após da *Revolução dos Cravos*, assistiu-se em Portugal o período de instabilidade política, com sucessivos governos a serem formados e derrubados, até que o Partido Socialista (PS) coligado chegou ao poder em 1982. Esta

instabilidade limitou a capacidade de Portugal para lidar eficazmente com os acontecimentos sucedidos em Timor. Essa incapacidade, agravada pela desestabilização ativa levada a efeito pela Indonésia, impediu Portugal de pôr em prática um processo de descolonização.

A anexação de Timor-Leste pela Indonésia foi um jogo de poderes ideológicos entre os liberais ocidentais e o comunista da União Soviética e China. Num breve apontamento histórico, regista-se que a anexação de Timor-Leste era desenhada por um clima de pânico, perante o avanço comunista na Indochina e em África, a seguir à derrota dos americanos no Vietname e a sua fuga precipitada de Saigão, em abril de 1975, fez com que os EUA e a generalidade dos países ocidentais concordassem também com essa anexação, com o pretexto de evitar, assim, uma nova “Cuba” no Sudeste Asiático.

É uma teoria que não justificava a realidade política timorense daquele tempo, mas sim, uma realidade inventada pelos países ocidentais no sentido de controlar a passagem marítima e do petróleo de Timor. A teoria da conspiração política ocidental, dizendo que a segurança indonésia estava ameaçada por um Estado Comunista que será mais cedo ou mais tarde, o Timor Português cairia na órbita ou da União Soviética e da República Popular da China, o que o transformaria numa base comunistas naquele território. Porém, o que assistimos daquela época foi que a República Popular da China e União Soviética nunca se mostraram muito interessadas nesta zona, apesar de verem com bons olhos a situação a seu favor.

A VERDADE HISTÓRICA DA FUGA DO GOVERNADOR E O ABANDONO OU A ENTREGA DE TIMOR À INDONÉSIA

Após a turbulência política em Lisboa, o tenente-coronel Mário Lemos Pires foi empossado como governador de Timor. Só em 18 de novembro de 1974 é que ele e sua equipa chegaram a Timor, onde se encontravam já os três grandes partidos políticos fundados. Antes da sua chegada, o Movimento das Forças Armadas (MFA) deu a confiança ao major Arnão Metelo para iniciar o processo de descolonização do território.

Para manter a legitimidade da soberania portuguesa em Timor, o novo governador fez uma solicitação ao seu governo central de Lisboa para que tomasse imediatamente uma das séries de decisões para sair bem na defesa dos direitos timorenses, com os seguintes pedidos: “a abertura de um consulado australiano em Díli; a abertura de um consulado português em Kupang; e um pedido diplomático de Lisboa, solicitando à Indonésia que não interferisse na descolonização de Timor, e em particular que cessasse as transmissões provocatórias a partir de Kupang” (Jolliffe, 1989, p. 34).

As solicitações do novo governador não foram atendidas imediatamente pelo governo central de Lisboa, pois de facto, os dirigentes portugueses já tinham assumido vários compromissos com os indonésios e até os convidou a participar no processo de descolonização do território de Timor. Isso influenciou todas as decisões que iriam ser tomadas. Nota-se que quando em outubro de 1974, o governo provisório de Lisboa, convidou uma das figuras mais importantes da Indonésia, o então general Ali Murtopo a visitar Portugal. O objectivo desta visita era procurar soluções sobre o processo de descolonização de Timor.

O resultado do encontro entre Murtopo, Dr. Jorge Campinos e major Arnão Metelo, colocou muitas dúvidas, pois, Murtopo estava certo de que um Timor-Leste independente não seria aceitável. Os diplomatas portugueses defendiam o direito de Timor à autodeterminação. Mas, Murtopo estava desde o início de acordo com os argumentos dos políticos portugueses de que a independência não seria uma opção para Timor-Leste. Isto é, antes que a Indonésia entrasse na conspiração política para roubar o direito timorense, Portugal já tinha uma estratégia planeada, como se nota no discurso do Dr. Almeida Santos em 3 de agosto de 1974, dizendo que Timor devia “manter-se ligado a Portugal ou ligar-se à Indonésia” (Ramos-Horta, 1994, p. 121). E, em outubro de 1974, o mesmo Dr. Almeida Santos, após contactos havidos, com as autoridades indonésias, em Jacarta, declarou que “Um Timor Português não é aceitável” (Duarte, 1981, p. 60). Neste caso, pode dizer-se que Portugal não aceitava um Timor Português ou um Timor Independente.

Devido à incerteza da decisão tomada pelos governantes portugueses, a delegação indonésia tomou uma conclusão imediata e informou o seu pre-

sidente Soeharto que os governantes portugueses consideravam a integração de Timor Português como uma das melhores alternativas disponíveis. Como descreveu o ex-governador Lemos Pires:

É possível que a delegação indonésia acabasse por encontrar-se numa posição melhor do que poderia ter esperado – Portugal não se opunha à integração na Indonésia e também não contemplava a independência como alternativa. Porém, o general Ali Murtopo esqueceu-se de que, embora não existisse ainda uma política definida para esse efeito, o Governo português apoiava, ainda assim, o princípio da autodeterminação para o povo timorense. Ele [Murtopo] precipitou-se a tirar conclusões, talvez por se sentir fascinado, ou porque o tom da conversa então havida lhe tivesse permitido retirar a conclusão de que a ideia da integração na Indonésia agradava a Portugal e que Portugal facilitaria as medidas tomadas pela Indonésia nessa direcção. (Pires, 1991, p. 49).

O relatório da comissão militar de inquérito sobre a descolonização de Timor criada em Lisboa teve uma opinião menos generosa, concluindo que “a reunião de Lisboa não passou no teste feito pela Indonésia para apurar a determinação de Portugal na sua oposição à integração de Timor na Indonésia, podendo daí deduzir-se que alguma coisa na atitude portuguesa poderá ter encorajado as intenções dos indonésios” (Riscado, 1981, p. 54). Esta análise da comissão militar de inquérito portuguesa é muito próxima do resultado da anterior reunião, datada de 5 de setembro de 1974, entre Franciscus Xaverius Seda (representante da Indonésia) com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Português, Jorge Campinos. Após essa reunião, os interlocutores portugueses concluíram erradamente que “o Governo da Indonésia apoiará as iniciativas do Governo português desde que garante a não influência na zona tanto da República Popular Chinesa como da União Soviética; a solução que mais agradaria ao Governo da Indonésia seria um estatuto de federação com Portugal” (Fernandes, 2007, p. 108).

O aumento das perturbações fomentadas por parte dos agentes secretos indonésios, Portugal, por sua vez, solicitou uma segunda reunião com a Indonésia. Esta reunião foi realizada em Londres, no dia 9 de março de 1975, sendo a delegação indonésia de novo chefiada pelo general Ali Murtopo. Os indonésios assumiram uma posição firme, rejeitando o plano português

de um governo de transição e qualquer iniciativa de internacionalização do problema, protestando que a integração era a única solução e propondo para si um papel de assessoria no governo da colónia. Portugal, por seu lado, reiterou o princípio de que o povo de Timor-Leste deveria ser consultado sobre o estatuto futuro da colónia. Porém, na sua posição, Portugal voltou a ceder terreno à Indonésia – por exemplo, quando afirmou que esta tinha o direito de dar apoio ativo à APODETI. Deste modo, Portugal ofereceu à Indonésia uma luz verde, ou estatuto privilegiado ainda superior ao de “observador interessado”.

A Indonésia interpretava a reunião de Londres como um encontro de partilha das ideias comuns sobre a aceleração do processo de descolonização do Timor Português, anunciando ao povo indonésio de que Portugal partilhava o seu ponto de vista sobre a integração de Timor na República Indonésia, que era a mais desejável das soluções. Um mês depois, em Townsville, o presidente Soeharto transmitiu a sua interpretação do que transpirara da reunião de Londres ao primeiro-ministro australiano Gough Whitlam. Eis a versão da reunião fornecida por Soeharto à Whitlam sobre a posição portuguesa, que demonstra ser muito diferente da que consta nos registos oficiais portugueses

Na reunião de Londres, os portugueses disseram acreditar que a integração na Indonésia era a melhor solução, desde que, evidentemente, esse fosse o desejo do povo do território. Os portugueses também concordaram que não deveria haver ‘interferência internacional’ na política portuguesa relativamente à descolonização de Timor. Caberia à Indonésia realizar a integração do território. Para este efeito, a Indonésia tinha a aprovação do Governo português para auxiliar e desenvolver (...) a APODETI e para fazer contactos e influenciar a linha política dos partidos UDT e FRETILIN”. (Department, 2000, p. 247, tradução nossa).

Era já óbvio que em 1975, o vasto número de timorenses nas áreas fronteiriças de Ermera, Atsabe e Balibo estava a refugiar-se na província de Timor Indonésio, cujo objetivo era evitar a radicação dos principais grupos políticos. As populações das zonas referidas foram acarinhadas pelos membros da APODETI com promessas de ofertas generosas de açúcar (género escasso)

ou rádios transístores (género de luxo) que representava a aspiração máxima de muitos timorenses da montanha, e essas promessas faziam parte de uma campanha política alarmista e confusa lançada pela APODETI. A este respeito, o governador de Timor Português, Lemos Pires, decidiu visitar estas zonas para acalmar as populações. Com linguagem muito simples, dirigiu uma declaração esperançosa:

Ninguém pode enganar o povo... que tem direito à paz...a tropa está cá para fazer paz...eu sei que em Atsabe há gente a desviar homens e rapazes para a Indonésia. Porque é que o povo precisa de ir para a Indonésia? Não têm liberdade em Timor? Porque andam a enganar o povo a dizer que tem de ir para a Indonésia onde já estão a passar fome? Quem pretende fazer a guerra não é de Timor nem está a defender os interesses de Timor. Esta gente que quer a guerra é castigada. O governador não tem medo, a tropa não tem medo...a tropa está cá que é para que ninguém precise ter medo...quem tem medo é traidor (Chrystello, 2000).

Na verdade, é que o governador de então estava firme para manter a paz no território, mas as cúpulas militares haviam decidido manter o silêncio sobre o assunto fronteiriço e da segurança da população, porque tiveram medo de alterarem o balanço de poder entre os partidos políticos locais. Neste caso, o “não tem medo e que tem medo é traição” são expressões camufladas que enganam a bondade do povo de Timor. Deixando os timorenses matarem-se uns aos outros, por exemplo, em Maliana militantes da União Democrática Timorense (UDT) capturaram os dirigentes da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) e castigaram-mos de forma brutal (Jolliffe, 1989, p. 60), e em Díli deteve centenas de membros da FRETILIN, incluindo vários dos líderes do partido na sua sede em Palapaçu, local onde a prática de maus-tratos foi rotineira, e onde algumas pessoas morreram em circunstâncias ainda hoje controversas (CAVR, 2003, pp. 62-63). Em resposta disso, o Comité Central da FRETILIN tomou uma decisão clara e fez uma operação bem planeada contra os apoiantes da UDT, principalmente, os seus dirigentes. Nesta batalha a FRETILIN saiu como vencedora.

Portanto, neste pequeno exemplo descrito, o termo “missão impossível” é compreendido como uma expressão de abandono do governador naquele

território. De outro modo, constatava-se como uma missão cumprida a favor da Indonésia, isto é, evidenciava para os fatos que interessavam para o futuro de Portugal e não para o povo de Timor.

A este respeito, recordamos as irónicas palavras lançadas pelo governador Mário Lemos Pires acerca do portuguêsismo timorense no interior do território, dizendo que Portugal, se os timorenses o quisessem, deixaria Timor, se os seus filhos assim o preferissem, e, as multidões gritaram com voz alta: Timor quer Portugal fica. Enfim, era apenas uma encenação política, pois o abandono de Timor já estava decretado. As autoridades portuguesas retiraram-se (durante a guerra entre filhos timorenses) para Ataúro.

Nesse sentido, a “missão impossível” foi o resultado de não cumprir a ordem do Presidente da República Portuguesa, o General Costa Gomes, que no seu discurso deixou uma mensagem bem definida quanto ao futuro de Timor: “Terá V. Exa., Sr. Governador de Timor [Mário Lemos Pires], como uma das suas principais missões, fomentar e dirigir a mentalização, a consciencialização da população, para que elas possam, quando forem chamadas a pronunciarem-se livremente os seus destinos”. Poucos dias depois, o ministro dos negócios estrangeiros, ao cargo do então, Dr. Mário Soares fez uma declaração que pode ser muito perigosa para o processo de descolonização de Timor e perante graves situações, ele constatou que era necessário convencer o mundo da “intenção sincera de Portugal de abandonar as suas colónias” e Almeida Santos reforçou o argumento do seu líder com o seguinte teor: “Um Timor Português não é aceitável” (Duarte, 1981, pp. 59-60). Era uma mensagem que assustou todos os timorenses e surpreendeu também alguns portugueses que defendiam a ideia de não-abandonar Timor .

Embora, a luz verde do 25 de abril de 1974 dava uma futura opção às suas colónias, na qual a política portuguesa pode ser interpretada como de inação nos processos de acompanhamento (Gunn, 1999, p. 295). O abandono de Timor pela administração portuguesa é sinónimo de entrega à Indonésia via UDT e APODETI, KOTA e Partido Trabalhista. Isto é, “o propósito do governo português, naquela altura, foi enunciado de forma muito clara – transferir, sem mais, a soberania de Portugal sobre Timor para a Indonésia. Só assim se entende o abandono do povo de Timor à sua sorte: a de travar

sozinho e sem meios a luta pela sua dignidade e independência” (Paulino, 2009, p. 24). Este bom povo tão acolhedor, tão simpático e tão heroico que alguma vez foi traído pela política de descolonização gerida pelo Movimento das Forças Armadas.

ABANDONO E TRAIÇÃO

“O Timorense é a nossa melhor arma política, sem ele não teria sido possível conservar a soberania portuguesa durante a guerra, num território tão distante da metrópole. O interesse que ele nos deve merecer como personalidade humana, o desejo de o tratar com justiça e de o elevar culturalmente, são meras indicações de bom senso que estão longe de ser reconhecidas [por parte do governo português]” (Cinatti, 1996, p. 23). Tratou-se de um espírito de patriotismo demonstrado pelos timorenses na defesa da identidade portuguesa perante a Segunda Guerra Mundial. Se assim foi, porque é que o povo de Timor foi surpreendido pela hipocrisia política da metrópole e deixando-o mergulhado na incerteza do processo de descolonização, como dizia Ruy Cinatti de forma céptica:

[...] não posso conceber uma independência digna desse nome que não assente num mínimo de condições materiais (e este é o único óbice que ponho à FRETILIN com a qual não deixava de simpatizar antes dos massacres) e de estruturação administrativa que a asseguram. (...) sem recursos técnicos e financeiros vindos do exterior e sem que o homem se transforme mergulhando na realidade local antes mesmo que as ideologias preferenciais a possam activar, será pouco menos que impossível a manutenção de uma independência à escala do que como tal é hoje consenso universal. (Stilwell, 1995, pp. 8-10).

Observa-se que Ruy Cinatti estava a fazer a dupla função da análise. Isto é, por um lado, na sua primeira acepção elogiava o patriotismo timorense na luta contra as máquinas de guerra japonesa, de modo a poder salvaguardar a soberania portuguesa em Timor, e que nenhuma autoridade colonial elevou culturalmente a personalidade humana timorense. Aliás estava longe de ser

reconhecida porque alguns políticos em Portugal não se interessavam com o futuro da gente de Timor, esquecendo assim, as almas heroicas timorenses que defenderam a soberania portuguesa na Segunda Guerra Mundial contra os japoneses. Por outro lado, a sua segunda aceção é oposta à primeira, pois, fez uma previsão imediata que um Timor independente não seria digno porque no seu entender, a independência sem recursos técnicos e financeiros vindos do exterior seria um desastre para Timor e para os timorenses. Todavia, a última aceção de Ruy Cinatti foi uma reação céptica com o próprio governo português e os seus cidadãos, bem como os executivos indonésios e australianos, que tentaram dar uma imagem negativa a Timor-Leste.

Os políticos do 25 de abril faziam radicalmente os discursos revolucionários, cuja intenção era de transformar Portugal para os caminhos da liberdade e promoveram uma política de descolonização das colónias sem prever as consequências. O futuro líder do PS, Dr. Mário Soares, no seu livro *Portugal Amordaçado*, publicado em francês em 1972, dizia que “Timor é uma ilha indonésia que muito pouco tem a ver com Portugal”, e tinha afirmado também em 1974 enquanto encabeçava a pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros, e tal ideia foi seguida pelo Ministro de Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos, nos seus discursos oficiais onde dizia que a solução para Timor é “a independência ou a integração na indonésia” (Abreu, 1997, p. 11).

Na mesma linha de coerência, o Ministro de Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos, fez uma declaração ao *Jornal Expresso*, em 3 de agosto de 1974 onde disse: “Timor é um transatlântico imóvel que tem custado muito dinheiro aos portugueses, que a Indonésia não está disposta a substituir no suporte financeiro é porque o combustível enviado pelo bom povo português para o por a sulcar os mares em busca do progresso, não foi colocado nos verdadeiros depósitos mas reexportado por transbordo para outros transatlânticos. [Por isso] a independência total de Timor era de um irrealismo atroz, Timor só podia ter uma das duas opções: manter-se ligado a Portugal ou ligar-se a Indonésia” (apud Abreu, 1997, p. 42; apud Ramos-Horta, 1994, p. 121)

Encontra-se, nesta declaração de Almeida Santos, a primeira tentativa de Portugal de lidar com o futuro de Timor-Leste. A conjunção das belas palavras lançada por esse ministro português de coordenação interterritorial forneceu

uma informação errada, e que mais tarde será tragicamente paga pelo povo timorense. Estava aberto o caminho, acicatar-se-iam ódios ancestrais pelas prematuras afirmações de um Ministro que não sabia lidar com a realidade.

O Dr. Jorge Pestana Bastos considerou a declaração do Ministro Almeida Santos como sendo, insuportável e irresponsável na medida em que comprometia o futuro do povo timorense. Lembremos aqui que Jorge Pestana Bastos foi um homem crítico que viveu muitos anos em Timor e lutou sempre contra as declarações paternalistas dos poderes coloniais. De uma maneira geral, a crítica formulada pelo Dr. Jorge Pestana pode ajudar-nos a compreender os equívocos e jogos de bastidores levados a cabo pelo governo de Lisboa nos anos de 1974-1975 sobre a questão de Timor.

O discurso mais céptico de Almeida Santos foi, quando ele caracterizava Timor em três dimensões: “Timor está hoje ainda longe da auto-suficiência económica e financeira sem o que não pode cogitar-se de independência real. Durante 1974, Portugal contribuiu com mais de 300 milhões de Escudos (aproximadamente AUD\$ 8.6 milhões) para a subsistência da ilha e foi insuficiente. (...) Por mais que recue no tempo não vislumbro época em que possamos ter tirado mais do que satisfação moral da nossa presença, se com isso conjugarmos o estado de subdesenvolvimento do território, logo concluiremos quanto é fantástico o sonho duma independência total e imediata.”

Contudo, um comentário timorense do semanário *A Voz de Timor*, lançou uma dura crítica ao discurso de Almeida Santos acima referido, dizendo que “O ministro veio a Timor. Dizia-se, para ‘auscultar’ as populações. Como? Com semelhante programa preestabelecido de ideias? Diz-se também e parece ser verdade que o governo em Timor gastou umas centenas de contos (dezenas de milhares de dólares) para montar uma encenação “de forma a fazer acreditar em determinado jogo. Encenação típica de antes do 25 de abril. Teria acreditado? Parece que sim. Assim parece fazer crer o seu discurso nas Nações Unidas (ONU). Quem irá pagar tal despesa? Teria sido precipitação de Almeida Santos? Os reaccionários até poderão aproveitar o facto”.

Mário Soares e tal como o seu correligionário António de Almeida Santos, antes de 25 de abril de 1974, calculavam-se que o futuro de Timor Português era pertencente da nação unitária Indonésia. Era esta previsão que

estava bem marcada nos discursos dos ambos. Os dois cometeram muitos erros, por não respeitarem relativamente os princípios doutrinários institucionalizados em preceitos legais dos direitos de um povo

A partir do mês de outubro de 1974, Portugal e a Indonésia iniciaram as conversações sobre a descolonização do território de Timor-Leste, sem que delas resultasse qualquer acordo definido. Em todo o caso, nenhuma das partes considerou seriamente a viabilidade da independência de Timor, constatou apenas duas alternativas: Timor se integrava na Indonésia ou estabelecia um novo vínculo com Portugal com estatuto de autonomia. Em janeiro de 1975, o Cônsul da Indonésia em Timor, Tomodok, em entrevista concedida ao jornal *A Voz de Timor*, referiu que: “quando se trata de escolher, devemos ser realistas. Em Timor há três partidos políticos, um defende a integração com Portugal, um defende a independência total e imediata e o outro defende a integração na Indonésia (...). Eu sou de opinião que a única alternativa é a integração na Indonésia” (Abreu, 1997, pp. 43-44).

Entre 26 e 28 de junho, António de Almeida Santos, mais uma vez, com a sua equipa de trabalho, reuniu-se em Macau com a UDT, a APODETI e com observadores diplomáticos indonésios. A FRETILIN não gostou da atitude do governo português e, simultaneamente, considerou-o como principal autor que desviou sempre o problema de Timor-Leste, ou melhor dizendo, o governo português dava sempre um lugar privilegiado à Indonésia por causa do interesse do partido minoritário APODETI. Devido a este facto, a FRETILIN boicotou a reunião de Macau. A Direção Geral do Comité Central da FRETILIN caracterizava que a reunião de Macau fazia parte do plano estratégico do governo português para entregar Timor-Leste à Indonésia. A propósito disso, o ex-presidente da FRETILIN e o primeiro presidente da RDTL, Xavier do Amaral testemunhou que “Governaram-nos durante 450 anos e já se tinham cansado, por isso resolveram entregar-nos a outros, dizendo: “Agora vão lá vocês e governem-nos.” Durante mais quanto tempo continuaríamos a ser escravos? Foi por isso que não aceitei ir à reunião. A conferência de Macau foi uma tática de Portugal e da Indonésia para integrar Timor na Indonésia” (Amaral, 2003, p. 42).

Do ponto de vista político, a cimeira de Macau era uma clara vitória para a APODETI e o seu poderoso aliado Indonésio que tinha uma forte posição e uma voz ativa no processo de descolonização de Timor. Portugal não viu isso como uma derrota diplomática, mas como sendo uma cooperação em busca de uma solução sobre o futuro do povo de Timor, mas enganou-se o real-político que se desencadeou na Ásia nos anos 70 (do século XX). De qualquer modo, importa afirmar que Portugal naquele tempo não tinha princípio político definido em relação ao futuro das suas colónias, principalmente o de Timor. Aí se entende que a sua posição política era condicionada pela decisão política e diplomática do regime indonésio, ou na teoria política, a estratégia política do governo português após 25 de abril foi confusa e muito polémica.

Após terem conhecimentos sobre outras reuniões bilaterais havidas entre Portugal e a Indonésia, os dois maiores partidos políticos timorenses (UDT e FRETILIN) começaram por declarar publicamente o seu desgosto com ação política do governo português em relação à aceleração do processo da descolonização de Timor e, simultaneamente, afirmaram que Portugal os enganava. Acerca destas reuniões secretas, ditas bilaterais, Mário Carrascalão, descreveu que:

A Indonésia...acompanhou a APODETI a Macau e realizou uma reunião em Hong Kong com a delegação do Governo português ali presente. O que combinaram? Até hoje nada se disse do que se passou nessa reunião. Não sabemos...O que fizeram? O problema não dizia respeito à Indonésia. O problema dizia respeito a Timor, mas as reuniões realizaram-se com eles [Indonésia]. Reuniões secretas com eles [os portugueses]. Porquê? As pessoas aproveitaram-se da situação, [e], por causa dela, as pessoas ficaram divididas. (Carrascalão, 2003, p. 45).

O governador de Timor Português, Lemos Pires, em declaração ao Jornal de Notícias, datada de 8 de março de 1975, afirmava que “se perguntarem o que é que pensará a maioria do povo timorense, eu tenho grande dificuldade em o dizer, dado o grau relativamente grande de despolitização. Mas parece-me que o povo de Timor quer seguir sozinho o seu rumo na História” (apud Mendes 2005, p. 304). Tal declaração, do ponto de vista político e diplomático, foi um discurso impreciso, pois, foi uma declaração que pôs em causa

o futuro do povo de Timor. O governador utilizou o termo “despolitização” para reforçar a sua declaração, mas não soube questionar detalhadamente o que é o despolitizado povo, foi um argumento duvidoso que levou, pelo menos, não desejava continuar ligado a Portugal, dando-se assim a possibilidade à Indonésia para impedir a independência total de Timor-Leste.

Do nosso ponto de vista, seja qual for a tese sobre a descolonização de Timor, o propósito do governo português, naquela altura, foi enunciado de forma muito clara, o de transferir a soberania de Portugal sobre Timor para a Indonésia. Só assim se entende o abandono do povo de Timor à sua sorte: a de travar sozinho e sem meios a luta pela sua dignidade e independência. Este bom povo tão acolhedor, tão simpático e tão heroico que alguma vez foi traído pelos portugueses do 25 de abril, por mais democratas e humanistas que se autointitulem as suas políticas ideológicas.

O APOIO DOS OCIDENTAIS À INVASÃO DA INDONÉSIA EM TIMOR

É preciso recordar que após a invasão Indonésia, ou seja, após os quatro partidos políticos (UDT, APODETI, KOTA e Partido Trabalhista) solicitaram formalmente a intervenção Indonésia, através de uma declaração conjunta denominada por “Declaração Balibo” , datada de 30 de novembro de 1975 , que do ponto de vista político-militar era um plano orquestrado pelos serviços secretos indonésios chamado BAKIN. Tal declaração era de uma Proclamação Conjunta da APODETI, UDT, KOTA e PT, no sentido de contrapor a proclamação da independência de Timor-Leste pela FRETILIN em 28 de novembro de 1975. Tudo isso aconteceu devido:

A má conduta do processo de descolonização de Timor por parte do governo português, em 1974, que permitiu a invasão indonésia ao território timorense. Contudo, existiram outros factores que contribuíram para a cumplicidade ou indiferença dos aliados da Indonésia e as novas linhas de actuação por parte do poder político português para com as suas colónias após a descolonização. (Paulino, 2016, p. 92).

Em sua defesa, o governo indonésio, declarou que a integração de Timor-Leste na Indonésia não foi uma invasão ou anexação, mas tratava-se de uma resposta ao pedido feito pelos representantes de quatro partidos políticos de Timor (UDT, APODETI, KOTA e PT) para proteger a população timorense das represálias do grupo nacionalista e independentistas da FRETILIN.

Em 31 de maio de 1976, a autoridade indonésia começou estabelecer um governo provisório e uma Assembleia Regional Popular (DPRD – Dewan Perwakilan Rakyat Daerah), tendo estes sido orquestrados pelo regime militar da Indonésia para legitimar juridicamente a sua presença em Timor-Leste. Os analistas políticos e militares indonésios sustentaram que a maioria dos timorenses desejava a integração e, até o próprio Suharto, presidente da Indonésia de então, chegava a declarar que não se pode considerar a invasão efetuada em 1975 como uma operação militar, mas “Tratava-se de uma lição para os teimosos e independentes timorenses, assim como para todos os que no arquipélago indonésio tivessem a audácia de desafiar a autoridade do Estado”. (McDonald, 1980, p. 212 – apud Pires, 1991, p. 350).

Os Estados Unidos da América (EUA) era e é uma nação potente e protetor do ocidente que em 1974-1975 apoiou a invasão indonésia sobre o território timorense. Parte desse, importa dizer que os Estados Unidos da América era e é um país violador dos direitos humanos e, simultaneamente, controlador das riquezas e das ideias transformadoras de outros países do mundo. Atente-se que, a ONU é politizada pelos EUA, ou seja, ela é uma sombra que serve para gerir as decisões políticas dos EUA. Será que América é um país democrático? Será que a América é um país que respeita os direitos humanos? Se a América é um país democrático que respeita os direitos humanos e portador da paz, então porque é que invadiu a Vietname? Porque é que invadiu o Iraque? E, porque é que entra sempre em guerra com os países menos desenvolvimento? É isso que é uma América democrática que respeita os direitos humanos e respeita a independência de outros estados-nação? Não vamos responder neste artigo todas as questões aqui colocadas, mas por um lado, referimos tais questões por causa da intervenção diabólica da América no apoio dado a Indonésia para invadir o território timorense, em 1974; por outro lado, apresentamos as questões referidas como pontos

iniciais que poderão ser abordados e analisados profundamente nas futuras investigações sobre a América e a sua política devastadora na condução dos valores de direitos humanos e da liberdade.

Após a invasão indonésia, a América do Norte disponibilizou a vaga do curso de treinamento militar e, simultaneamente, forneceram o seu armamento de guerra à Indonésia. Devido a este facto, na IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o intelectual americano Noam Chomsky fez uma excelente intervenção e criticou o seu país por ter fornecido o apoio à Indonésia:

Não restam muitas dúvidas de que o governo dos Estados Unidos sabia que estava iminente a invasão indonésia em 1975. Mas continuou a fornecer o material de suporte pedido pelas forças militares indonésias, 90 por cento armadas pelos Estados Unidos, ao tempo da invasão. Contrariamente ao que foi falsamente afirmado pelo governo nas audiências do Congresso, novas ofertas de armas foram feitas imediatamente após a invasão. A partir de então, os fornecimentos de armas foram ininterruptos, incluindo helicópteros de ataque e outro equipamento requisitado para ‘varrer da face da terra centenas de povoações, destruir colheitas e encurralar o resto da população em centros de internamento. Desde a invasão Indonésia, os Estados Unidos concederam à Indonésia empréstimos superiores a 178 milhões de dólares, só em armamento. Esta ajuda foi decisiva, permitindo ao exercício indonésio levar a efeito a brutal escalada de 1977, quando se encontrava desfalcado de material (apud Duarte, 1981, pp. 73-74).

A Austrália era um país que falava muito sobre os valores da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, ao mesmo tempo, foi um país que desde do século XIX fez as grandes caças aos aborígenes e matou milhares e milhares deste povo originários do continente australiano e, simultaneamente, acantonou este povo tão original numa aldeia virtual imaginada, a qual nós designamos como “jardim zoológico”, ou seja, “espaço virtualizante” no sentido de dominá-los. Nesta perspectiva, devemos concluir que os brancos australianos – até o próprio líder do partido trabalhista de então, Whitlam – foram defensores da teoria de purismo das “raças ou racismos”.

Embora estejamos no século XXI, a prática da teoria de purismo das “raças ou racismo” sobre os habitantes originários do continente canguru ainda está bem perceptível nos olhos das pessoas que visitam este território, porque

os brancos australianos continuam a discriminar, oprimir, humilhar este povo tão humano como nós. É por isso, que temos a obrigação moral de conhecer mais de perto a sua história, cultura, luta e sofrimento; se nós conhecêssemos melhor a história e a cultura dos aborígenes, sentir-nos-íamos de imediato o calor de amizade que eles têm para com os mais próximos porque são povos simpáticos e acolhedores também.

Apesar de o governo australiano já ter apresentado as “desculpas” publicamente sobre a tal história negra que os brancos europeus e os seus descendentes fizeram aos aborígenes, a implementação da teoria das “raças” ainda persiste de outra forma, por isso é que, não notamos de imediato a aplicação de tal teoria. Não seria completa a nossa descrição, se não apresentarmos os dados estimativos sobre esta população tão esquecida, que de acordo com Ramos-Horta (1994, p. 150) havia cerca de dois a três milhões de aborígenes na Austrália, e que hoje conta-se apenas uns 250 ou 270 mil. A esta realidade, podemos dizer que Timor-Leste teve a sua sorte porque foi colonizado pelo povo lusitano, embora em algumas circunstâncias, havia a política de decisões que não agradava os reinos timorenses existentes no território.

Neste caso, para os decisores políticos – governadores, administradores do posto e até os simples cidadãos portugueses – o preço pago para a política de *devide et impera* foi o de uma persistente resistência em relação à sua autoridade, mas os habitantes locais – organizados em pequenas repúblicas com o governo próprio – consideravam que esse preço foi uma profunda destruição da consciência coletiva da comunidade timorense, nomeadamente no que diz respeito à estrutura organizacional dos reinos, por exemplo, a autoridade colonial portuguesa substituiu o rei local sem consentimento do povo, ou sem ligação linhagista. Essa forma de governação portuguesa em Timor gerou uma profunda distinção, nomeadamente, entre a elite e o povo, a cidade e o campo, ainda hoje está bem perceptível na vivência da sociedade timorense.

Austrália cedeu o seu voto à Indonésia para que esta invadisse Timor-Leste no sentido de facilitar a cooperação na exploração das reservas petrolíferas no Mar de Timor do que um Timor independente. Austrália é um xerife da América na região pacífica desde a II Guerra Mundial, tendo este sido um país que reforçou a cooperação militar de escala global com a Indonésia. De

qualquer modo, importa sublinhar que a Austrália esqueceu-se do maior contributo dos timorenses na II Grande Mundial pela defesa das forças australianas em Timor. “Os timorenses acolheram os comandos australianos, deram-lhes de comer, encaminharam-nos pelas florestas e montanhas, protegeram-nos. Combateram ao seu lado e milhares timorenses pagaram com a vida a adesão à causa dos Aliados” (Ramos-Horta, 1994, pp. 139-150). Parte dessa realidade, afinal qual é o país ocidental que teve maior traição para com o povo de Timor, será que Portugal enquanto país colonizador de Timor, ou será que a Austrália que foi protegida pelos timorenses na II Grande Guerra? Se refletirmos bem sobre estes dois países, logo, concluímos que a Austrália foi o país que traiu mais o povo de Timor e, nesse sentido, teremos de classificá-lo como “monstro do pacífico Sul” que teve maior interesse na exploração das riquezas naturais dos países vizinhos sem consentimento do próprio povo.

Os académicos, críticos, e ONG internacionais estavam sempre ao lado dos timorenses que lutavam pelo seu direito de autodeterminação. Noam Chomsky – ainda em 1979 – acusava os ocidentais democráticos de manipular a realidade histórica e política de autodeterminação do povo de Timor e, simultaneamente, com o seu erro político destruiu 200.000 vidas timorenses. Segundo ele, “o povo de Timor Leste está entre as vítimas da actual fase da ideologia e prática do Ocidente. (...) Os cidadãos das democracias ocidentais podem dar preferência ao desvio do olhar, permitindo aos seus governos contribuir decisivamente para o massacre que continuará enquanto a Indonésia tentar reduzir o que resta de Timor e do seu povo à submissão. Mas também têm o poder de pôr fim a estes crimes horrendos”. (Kohen & Taylor, 1979, p. 11).

Não foi tarefa fácil para os nacionalistas timorenses gerirem a política de recolha do apoio internacional pela sua autodeterminação, frente à realidade de propagandas políticas da Indonésia que tentava recolher o apoio internacional no sentido de reconhecer o território de Timor-Leste como parte integrante da sua República, mas perdeu batalha no terreno. A propósito disso, o líder da FRETILIN na diáspora, Abílio Araújo, afirmava que:

A nação de Timor tem dado provas abundantes de que está madura [...] estes quase doze anos de resistência heróica da Nação Timor à acção genocida dos ocupantes indonésios e a crescente

capacidade de organização de que dão provas os nacionalistas timorenses indicam a incapacidade de Jacarta de impor uma solução [...] os generais de Jacarta julgaram mais uma vez ser possível aniquilar a vontade inquebrantável da Nação Timor [...] Portugal não pode ficar indiferente aos inúmeros sacrifícios consentidos pela Nação Timor (Diário Popular, Em Face, 10 de Abril de 1987; obs. cita Duarte 1988, p. 10).

Em jeito de resumo da reflexão aqui desenvolvida, importa sublinhar que “para se perceber a situação que se vive em Timor-Leste, tem de se ter em conta a cumplicidade ou indiferença por parte dos aliados da Indonésia – os Estados Unidos da América, Austrália, Japão, Europa, entre outros países – desde a época da invasão indonésia, em 1975...”, e “...o registo histórico sugere que a Indonésia podia não ter invadido Timor-Leste, caso os seus aliados internacionais de maior peso tivessem fornecido avisos atempadamente” (Kohen, 1999, p. 33). Importa acrescentar também que os documentos secretos que advogam a conspiração política dos países ocidentais sobre o que se passou em território de Timor Português de então, tornaram-se públicos depois de alguns meses da invasão, como relata Barbedo Magalhães (2007, p. 27): “diversos telegramas de embaixadores ocidentais em Jakarta, e documentos secretos entretanto tornados públicos nos Estados Unidos e na Austrália, confirmam a compreensão de muitos governos ocidentais, depois transformada em efetivo apoio à anexação, quer sob a forma de apoio político ou diplomático ou através do fornecimento das armas à Indonésia”.

A POSIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA DE TIMOR EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS UDT E FRETILIN

D. José Ribeiro foi sempre um homem conservador, mas caiu na armadilha da campanha anticomunista lançada pelos militares indonésios (e seus respetivos aliados ocidentais, e os outros quatro partidos políticos timorenses, que mais tarde, integravam-se no órgão popular chamado Movimento Anticomunista) sobre a FRETILIN. Daí que este bispo começasse a desprezar o partido independentista, como argumenta Lennox (2000, p. 94):

Bishop Ribeiro addressed the new situation in a pastoral letter issued on 25 January 1975. He said that the priests and missionary personnel were pleased to see new opportunities opening up and that he and the priests were looking forward to the future. They wanted a Timor that was progressive, just, peaceful and Catholic. He warned against materialistic and atheistic communism and socialistic Marxism and said that the Church forbade Catholics to vote for communists or socialists

Porém, a afirmação deste bispo não foi assumida oficialmente pela instituição da Igreja Católica, pois de acordo com o entrevistado João Santos “Na altura, a Igreja estava contra a FRETILIN, dizendo que era um partido comunista e, como tal, não tinha religião. A Igreja deu mais força à UDT” e, portanto, antes da invasão indonésia na opinião de Roberto G.: “a Igreja nunca esteve do lado dos independentistas, foi sempre ortodoxa, defendeu sempre uma federação com Portugal ou com a Indonésia” (apud Miranda, 2003, p. 56). Contudo, sobre a declaração do bispo, o escritor timorense, Luís Cardoso, em uma entrevista à antropóloga Sofia Miranda, em 19 de julho de 2002:

A Igreja reagiu através da pessoa do Bispo de então, D. José Joaquim Ribeiro, ele estava muito assustado com a questão do comunismo. A partir daí, ele fazia sempre referência nas suas homilias para as pessoas terem em atenção o comunismo. E de facto, algumas das palavras de ordem que a Fretilin utilizava na altura iam contra a Igreja Católica. Por exemplo, eu lembro-me de uma canção que dizia: *Malae ho china nao'k tem, liurai sira fan ita rain, Nai lulik ho ma tenek Sira ne'e bosok tem*, O que quer dizer: O branco (colonialista) e o china são ladrões os liurai venderam a nossa terra. Os padres e os cultos são uns mentirosos. De facto, isso levou a que os padres tivessem medo do comunismo (Miranda, 2003, p. 57).

Todavia, a declaração do bispo não foi bem aceite por alguns padres, por estes terem apoiado a ideia de independência lançada pela FRETILIN (Boavida, 1993), como dizia Mau Nana que “o padre Eduardo Roxo, o único que esteve integrado na FRETILIN. Ele foi desprezado pelo bispo [José Ribeiro]. Segundo o que eu soube mais tarde, ele foi expulso pela Igreja para vir aqui para Portugal. Agora não sei se está vivo ou se já morreu...Coronel Mau N. (Lisboa, 15 de janeiro de 2002), e tal declaração foi reforçada pela

Imaculada que “eu recordo-me do Padre Eduardo Roxo – português – que até foi expulso por ter dado apoio à Fretilin” (Miranda, 2003, p. 57).

Alguns autores partilharam a opinião de que a guerra civil poderia ter sido evitada, caso D. José Joaquim Ribeiro tivesse assumido o papel de mediador do conflito, mas ele recusou-se a fazê-lo:

One person who could have played a mediating role was Bishop Ribeiro, but the Bishop, a sincere but very conservative figure, refused to have anything to do with Fretilin leaders, whom he regarded as being ‘communistic’. He was nevertheless respected by both sides, and when street fighting was raging in Dili, he chose to ignore it, briskly and fearlessly striding through the firing lines – the combatants would cease fire to let him pass and then resume when he was out of range! Such was the Bishop’s prestige that, had he been less partisan and offered his services as a mediator, the situation might not have degenerated into conflict (Dunn, 1983, p. 173).

Em resultado dos últimos acontecimentos e seguindo ordens de Lisboa, no final de agosto de 1975, Lemos Pires e os restantes membros do Governo retiraram-se de Díli em direção à ilha de Ataúro, deixando o processo de descolonização por concluir.

POLÍTICA DIPLOMÁTICA DO GOVERNO PORTUGUÊS

Muito se tem escrito sobre a história de 25 anos da ocupação indonésia em Timor-Leste, mas na grande maioria dos casos, a informação disponibilizada revela um elevado grau de sentimentalismo ou de alguma parcialidade na abordagem das questões, fruto em grande medida das posições assumidas pelas elites políticas portuguesas que em muitos casos parecem agir com algum peso de consciência relativamente à questão, querendo mesmo por vezes tentar apagar partes da história que, no entanto, não podem ser camufladas. As referidas posições das autoridades políticas portuguesas sempre foram no sentido de condenar a atuação da Indonésia pelas suas ações no território, nomeadamente a suposta invasão a 7 de dezembro de 1975.

Na cena política portuguesa pós 25 de abril de 1974, as personalidades dos mais altos níveis – os deputados portugueses – da Assembleia da República Portuguesa promulgaram a Lei nº 7/75, de 17 de Julho, nos seus artigos 5º, 7º. O nº 2 do Art. 5º, dispõe que “A definição do estatuto político e administrativo do território de Timor foi processar-se para que no terceiro do domingo de Outubro de 1978 cessem todas e quaisquer prerrogativas de soberania e administração da República Portuguesa sobre aquele território”. E o Art. 7º estabelece que “Com ressalva do disposto no nº 2 do Art. 5º., o acto solene que marca o termo da soberania portuguesa sobre o território de Timor será assinado em Díli, no terceiro domingo de Outubro de 1978, pelo presidente da República Portuguesa ou por quem, para o efeito, o representar, e pelo Presidente da Assembleia Popular”. Porém, o que estava decretado no nº 2 Art. 5º é quase assemelhar-se com o que constava na letra do Art. 7º. Estes Decretos da Lei não foram aplicados por parte Portugal porque o prazo previsto na Lei em vigor não impediu a invasão indonésia.

Após invasão da Indonésia, os políticos portugueses estavam unidos a defender o direito do povo de Timor-Leste à independência, embora alguns políticos e, até alguns jornalistas, que apoiavam a integração de Timor na República da Indonésia, um deles era o jornalista português Nuno Rocha (1999), no qual defendeu que uma única solução para o povo maubere é a submissão do seu território à Indonésia, onde o futuro de Timor-Leste é a de um território “da propriedade da Indonésia em cuja República está integrada como uma das 27 província”. Tendo isto como uma opção acertada e positiva para os timorenses, porque em termos de geopolítica a ilha pertence a região do sudoeste asiático. Iremos dizer aqui, por apenas curiosidade, o ex-jornalista português Nuno Rocha parece um excelente par do Dick Woolcot (um dos burocráticos do departamento de Negócios Estrangeiros em Camberra) que logo de início, em 1974, antes da invasão, fez o lobby “pró-integração de Timor-Leste na Indonésia”. Simultaneamente, o ex-diretor do semanário O Tempo e membro da Associação de Amizade Portugal-Indonésia, apontava que o único culpado no problema de descolonização de Timor foi Portugal. Segundo ele, “foi” porque as tropas portuguesas – sob liderança do brigadeiro-general Lemos Pires – abandonaram a ilha de Timor para se refugiarem em Ataúro, deixando para trás os conflitos entre timorenses.

De qualquer modo, o que nos interessa agora e no enquadramento legal da posição de Portugal na defesa do direito do povo de Timor à autodeterminação é compensado pelo reconhecimento do seu erro através do Art. 307º da Constituição Portuguesa de 2 de Abril de 1976, no seu nº 1: “Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste”. Assim, a visão política de Portugal em relação ao direito de autodeterminação do povo de Timor teria sido revelado, na aplicação das suas experiências diplomáticas seculares com seus aliados, a lógica imanente da experiência humana. Deste modo, o direito do povo de Timor à autodeterminação estava condicionado pelas decisões dos agentes políticos, económicos e direitos humanos.

Devemos recordar que a política externa portuguesa sobre a questão de Timor no fórum da ONU, segundo Ramos-Horta (1994, p. 218) “não era suficientemente importante para que os diplomatas portugueses recorressem à velha prática diplomática de *quid pró quo*” para ganhar pontos sobre a questão de Timor-Leste na agenda política internacional. Tendo este, então representante da FRETILIN no exterior, advogado que os delegados portugueses para as diferentes comissões pareciam operar independente e descoordenadamente, porque a atitude de delegação portuguesa na 3ª Comissão da Assembleia Geral da ONU não tomava em conta qualquer votação sobre Timor na 4ª Comissão. Acresceu ainda Ramos-Horta que “em 1976 até 1982, a missão portuguesa junto da ONU não tinha qualquer input na elaboração dos projetos de resolução sobre Timor-Leste. Todas – e saliento todas – foram elaboradas por mim e por um ou outro líder da FRETILIN, discutidas com representantes de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e outras delegações. A delegação portuguesa era uma observadora desinteressada, neutra. Pelo menos assim parecia dado o seu alheamento da nossa luta nos corredores da ONU”. (Ramos-Horta, 1994, p. 218).

Na agenda política internacional portuguesa sobre o problema de Timor-Leste começou a ser enriquecedora e positiva para os timorenses, aquando o então primeiro-ministro Pinto Balsemão e o seu Ministro dos Negócios de Estrangeiros, Fisher Pereira, em coordenação com o então presidente da

república portuguesa, Ramalho Eanes e com a Comissão Eventual para o Acolhimento da Situação em Timor-Leste (CEASTL) lançaram uma campanha política diplomática de maior dimensão a favor da resolução do problema de Timor. Nesta campanha foram destacados 40 embaixadores e enviados especiais para vários países no sentido de ajustar a decisões que iriam ser tomadas na reunião da Assembleia Geral da ONU.

Atente-se que, em particular, na opinião pública internacional, a reação portuguesa perante a ocupação Indonésia – desde 1975 até 1999 – foi paradoxalmente bem mais emocional, tensa e mobilizadora. Isso tinha acontecido porque havia tragédia tão terrível após do Referendum, como dizia a poeta portuguesa, Sofia de Mello Breyner, nas alegações orais de Portugal perante o Tribunal Internacional de Justiça: “Timor, dever que não foi cumprido e que por isso doi”. Tal constatação foi um sentimento generoso que a poeta exprimiu no seu diário, era uma dor que a autoridade portuguesa e o povo português assumiram responsabilmente por um dever que, de então não foi cumprido, e que se abatia sobre o povo timorense.

Portugal já abandonou Timor-Leste, mas ao longo da guerra pela libertação, os timorenses persistiram obstinadamente a conservar a cidadania portuguesa. Quanto mais os timorenses conheceram os indonésios, o seu sentimento de pertença era mais timorense e, ao mesmo tempo, não escondeu o seu espírito de portugalidade. Tal patriotismo inigualável foi reconhecido por “um outro dos descolonizadores de serviço, António de Almeida Santos (então presidente da Assembleia da República) aquando visitava Timor-Leste em novembro de 2000, jogou palavras e afirmou que não esperava uma calorosa recepção oferecida pelos timorenses a ele e a Portugal. Do mesmo modo, reconheceu de facto que os timorenses eram um dos povos do antigo “império colonial Português” e, simultaneamente, eram vítimas tanto da “República Corporativa”, como da “revolução cultural anticolonialista que se seguiu ao colapso do regime e resultou no abandono sumário que se conhece”.

O PAPEL DA ONU NA CAUSA DOS TIMORENSES

Ao analisar claramente, percebe-se que Timor-Leste era uma província ultramarina de Portugal, por muitas e valiosas razões da história que são inteiramente válidas para o exercício do poder e execução do trabalho administrativo para a melhoria do bem-estar da população local, mas vê-se apenas pequenas mudanças que a maioria dos timorenses não gozava. Hoje, e deve reconhecer-se que houve que o dissesse, antes da invasão indonésia, que a província Timor Português teria um território bem disputado pela comunidade ocidental, nomeadamente a Inglaterra, os EUA e a Austrália, sem qualquer agressão militar, se os portugueses a tempo tivessem transformado a província Timor Português num estado independente após a Segunda Guerra Mundial, porventura ligado por laços mais ou menos sólidos a um todo nacional, estruturado em forma nova. Deste modo, segundo se pretende com a lógica dentro da referida orientação, que a comunidade internacional, designadamente pelo seu órgão mais potente que é a ONU, não teria consentido na anexação e até esta não teria sido tentada pelo regime indonésio.

Sendo a esta posição, há que prestar homenagem à seriedade de processos da ONU e à honestidade dos seus propósitos, mas estamos convencidos de que seria justamente prestar homenagem a valores que não existem nesta instituição internacional, porém existem nas estruturas sociais locais. Estas estruturas locais estão ligadas com a natureza das coisas que a própria ONU veio reconhecer através da sua organização interna, conhecida por UNICEF.

Não referimos, em desabono da tese acima, mas apenas sublinhamos os casos de países independentes que perderam a sua liberdade e a sua soberania enquanto estado-nação sem qualquer reação efetiva ou válida da comunidade internacional, porque os países superpotentes – os EUA, Inglaterra, Rússia, França e inclusive outros países ocidentais – traçam o seu próprio plano dentro da ONU para dominar e controlar outros países mais fracos, com a orientação política, económica e militar (venda de armas) e, mais conhecida é a utilização do termo “democracia” para dominar o mundo não-ocidental, no entanto, o termo “democracia” é sinónimo de “colonização”.

O grande interesse dos países referidos não é propriamente dentro da ONU que se acomodam, mas manipulam-se os factos fora do quadro institucional da ONU e isso aplica o crime contra a paz e a vida humana.

Desde a Revolução dos Cravos em Portugal até o mês de junho de 1975, Timor estava afundado no esquecimento genérico das “Colónias Portuguesas” e a ONU queria promover uma política de descolonização. Para as autoridades portuguesas, o 25 de abril de 1974, mostrou ao mundo e à ONU a imagem de um Portugal libertador da opressão colonialista desde 450 anos. Era nesse novo Portugal que a ONU confiava o projeto de descolonização das suas colónias, e com a satisfação se referia que à atitude positiva da potência administrante, que faz quanto está ao seu alcance, para encontrar uma solução por meios pacíficos, nomeadamente para o caso de Timor. A confiança e a instrução da ONU foram ignoradas completamente por algumas autoridades do metropolitano de Lisboa, e perante desta situação – o fracasso da administração portuguesa nos acontecimentos de Timor – em 8 de dezembro de 1975, a ONU veio dizer que – alusivo à Indonésia – “Todo o intuito orientado no sentido de violar total ou parcialmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas”.

Simultaneamente, foi naquela data desse mesmo ano que, a Indonésia justificou a sua presença em Timor-Leste por ter atendido ao pedido efetuado pelos quatro partidos políticos que eram a favor da integração, dizendo que estes representavam a vontade da maioria do povo de Timor que queria contribuir para estabelecer a ordem, já que as autoridades portuguesas reconheceram a sua impotência para conter a vaga de assassinatos que se desencadeou em Timor, nos últimos meses, ameaça a segurança da Indonésia (Moreira, 1977, p. 88).

Quatro dias depois, de 12 de dezembro de 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas, na sua 2.439^a reunião plenária, aprovou a Resolução 3485/nº 2, sobre a questão de Timor Português. Nessa Resolução, constou-se que Portugal continuasse a fazer o que estivesse ao seu alcance, para encontrar uma solução por meios pacíficos, através de conversações entre o governo português e os partidos políticos que representavam o povo de Timor Português. E, no nº 3 da mesma Resolução a Assembleia Geral da ONU faz um forte apelo, na esperança de que as conversações ponham fim à luta, nesse território, e

conduzam ao exercício ordenado do direito à livre determinação, por parte do povo de Timor Português. No nº 8 da sua Resolução, a Assembleia Geral da ONU, acresceu que perante a gravidade das situações em que o povo timorense se atravessava, o governo português devia continuar “a sua cooperação com o Comité Especial, encarregado de examinar a situação, quanto à aplicação da Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais”. Foi nesse âmbito que o Comité Especial pediu à ONU para que enviasse uma missão investigadora ao território, com a possível brevidade, para consultar os partidos políticos e o governo português.

Em meados dos anos 90 do século passado, intensificou-se as grandes negociações entre Portugal e a Indonésia, uma delas era chamada o acordo de 5 de maio de 1999, que tanto Portugal bem como a Indonésia sob os auspícios da ONU apresentaram uma proposta aceitável por todos os envolvidos na resolução do problema de Timor, tendo estes estabelecido as modalidades de uma consulta popular que permitisse o povo de Timor-Leste aceitar ou rejeitar o estatuto de autonomia especial proposta pelo governo indonésio, desde modo, a rejeição conduziria à independência. No entanto, o referendo realizou-se no dia 30 de agosto de 1999 tendo vencido a opção pela independência, tendo em conta também que no processo de socialização do processo de realização do referendo, a Indonésia recusou-se a delegar responsabilidades pela segurança durante a votação, sendo essa responsabilidade atribuída à polícia indonésia. A comunidade internacional entendeu que não podia pressionar mais a Indonésia nesta matéria, apesar de provas crescentes do envolvimento dos militares e policiais indonésios na violência contra os apoiantes pró-independência.

CONCLUSÃO

É certo que antes da invasão formal de Timor-Leste pelo regime indonésio em 7 de dezembro de 1975, o governador de Timor Português, Lemos Pires de então e sua equipa de trabalhos deslocaram-se para a ilha de Ataúro no sentido de refugiar-se e a 26 de agosto desse mesmo ano, de onde fugiram

de imediato para Portugal via Austrália, deixando a guerra civil desencadear-se no território pelos partidos políticos, na qual a UDT foi derrotada pela FRETILIN, que a 28 de novembro desse mesmo ano proclamou unilateralmente a independência de Timor-Leste. Aconteceu, tudo isso, por causa de alguns membros de 25 de abril, nomeadamente das figuras do governo provisório criado após a revolução, como Mário Soares e Almeida Santos. No entanto, do nosso ponto de vista, seja qual for a tese sobre a descolonização de Timor, o propósito do governo português, naquela altura, foi enunciado de forma muito clara, é transferir a soberania de Portugal sobre Timor para a Indonésia. Só assim se entende o abandono do povo de Timor à sua sorte: a de travar sozinho e sem meios a luta pela sua dignidade e independência. Este bom povo tão acolhedor, tão simpático e tão heroico que alguma vez foi traído pelos portugueses do 25 de abril, por mais democratas e humanistas que se autointitulem as suas políticas ideológicas.

Barbedo de Magalhães (1992, p. 33) apontava que a população de Timor-Leste em 1975 antes da invasão indonésia, rondava as 700,000 pessoas, tendo estes sido resultado do recenseamento oficial de 1970 e tendo em conta também com os dados estatísticos da Igreja Católica de 1974, que estimava 688,771 habitantes. Nestes dados, conhecemos que, os 2 a 3 mil timorenses conseguiram fugir do território e os cerca de 1500 foram mortos durante a guerra civil entre a UDT e FRETILIN e, previsivelmente, cerca de um terço da população, ou seja, 200.000 timorenses foram mortos nos primeiros cinco anos da ocupação Indonésia, sendo estes dados baseados no cálculo estatístico estimado pela própria autoridade Indonésia, onde se dizia, em dezembro de 1978, que a população de Timor-Leste daquele ano rondava apenas 498,433 pessoas, enquanto a Igreja Católica no seu cálculo estatístico feito em 1980 dizia que a população de Timor para aquele ano só registava apenas 423,000 pessoas.

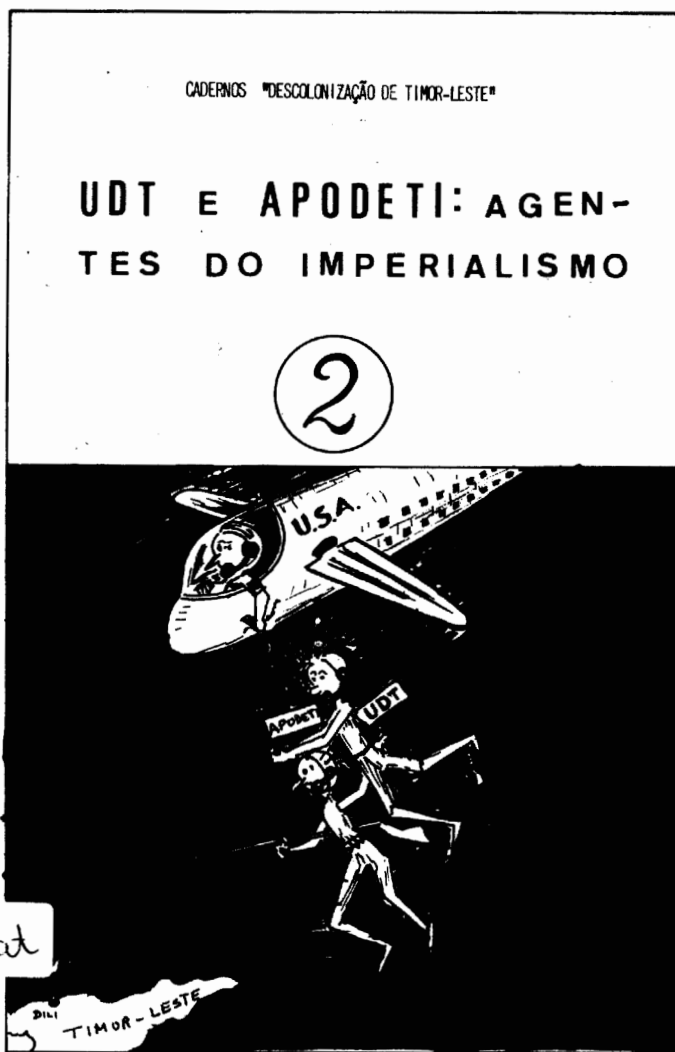
A Indonésia na sua agenda política de *Pembangunan Lima Tahun* (cinco anos de desenvolvimento) estabeleceu todas as redes de contactos (de espião que se designa como *bufu*) para controlar a movimentação da resistência timorense. Segundo relatório da amnistia internacional e dos direitos humanos, as forças policiais e militares usavam de forma sistemática e sem controlo meios

brutais de tortura, a população rural, nas áreas de mais acesa disputa com a guerrilha, era encerrada em “aldeias de viúvas”, procedeu-se à esterilização forçada de mulheres timorenses.

A ocupação indonésia era um facto consumado e um carácter irreversível. Isto é, uma ocupação que se baseia na política de descaracterização do território, quer no plano cultural – por exemplo, a proibição da língua portuguesa e implementação da cultura javanesa, nomeadamente a islamização de alguns timorenses através de um casamento forçado, ou por simplesmente um militar de ter declarado o seu amor a rapariga timorense, embora esta última é do ponto de vista político e demográfico como sendo uma tentativa de indonesização ou javanização dos timorenses – no plano político é o reconhecimento da Assembleia Popular Indonésia em considerar a integração de Timor na sua República como sua 27^a província.

A derrota da Indonésia no *Referendum* em 30 de agosto de 1999 era também uma derrota aos Estados Unidos da América, à Austrália e aos seus aliados ocidentais que deram o visto de entrada ao regime indonésio em Timor. Verifica-se, hoje, por exemplo, a guerra do Iraque e do Paquistão é uma das guerras sangrentas do século XXI. Os EUA e seus aliados ocidentais consideraram-nas como uma guerra contra o terrorismo internacional. A retirada das forças armadas americanas no Iraque é uma derrota significativa para os EUA, embora para os governos de Tio Sam a retirada das suas forças é uma missão cumprida que é, sem dúvida, libertar o Iraque do domínio do regime ditatorial de Saddam Hussein. Porém, a realidade é bem diferente, os EUA e os seus aliados ocidentais destruíram a vida de um povo que merecia viver em plena paz. Estes países destruíram todas as estruturas de outros Estados Soberanos, invadindo-os militarmente de forma cínica e cruel.

Cadernos Descolonização de Timor-Leste²



(Comité de acção da Fretilin em Portugal)

² Fonte: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05005.005#!1> (acesso em 2/6/2020).

*Carta de Adam Malik (1974) a José Manuel Ramos-Horta
datada de 17 de junho de 1974³*



Adam Malik

*Menteri Luar Negeri
 Republik Indonesia*

Jakarta, 17th June 1974.

To :
Mr. Jose Manuel Ramos Horta
D i l i
Portuguase Timor.

Dear Mr. Horta :

I was pleased to meet you during your recent visit to Jakarta, Indonesia.

We, the people of Indonesia, and the Government of Indonesia, have been heartened by the recent changes that have taken place in Lisbon, Portugal.

This change of government and of policy outlook came as something of a surprise to most people, including you and your people in Timor.

In our view, these developments offer a good opportunity to the people of Timor to accelerate the process towards independence, as well as to generate overall national development and to promote the progress of the people of Timor.

The Government of Indonesia until now still adheres to the following principles :

- I. The independence of every country is the right of every nation, with no exception for the people in Timor.
- II. The Government as well as the people of Indonesia have no intention to increase or to expand their territory, or to occupy other territories other than what is stipulated in their Constitution. This reiteration is to give you a clear idea, so that there may be no doubt in the minds of the people of Timor in expressing their own wishes.
- III. For this reason, whoever will govern in Timor in the future after independence, can be assured that the Government of Indonesia will always strive to maintain good relations, friendship and cooperation for the benefit of both countries.

Please convey my message to your people in Timor.

With my best wishes and warm regards to you and to all the people in Timor.

Sincerely yours,

ADAM MALIK.

³ (1974), Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta, Disponível: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_136613 (2022-11-7)

REFERÊNCIAS

- Abreu, P. (1997). *Timor: a verdade histórica*. Lisboa: Luso-Dinastia.
- Amaral, F. X. (2003). Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de dezembro de 2003. In *Documento CAVR, Capítulo 3. História do Conflito*.
- Barbedo-Magalhães, A. (2007). *Timor-Leste: interesses internacionais e actores locais*, vol. 3. Porto: Edições Afrontamento.
- Barbedo-Magalhães, A. (1992). *Timor-Leste: ocupação indonésia e genocídio*. Porto: Universidade do Porto.
- Boavida, J. F. (1993). The fusion of religion and nationalism in East Timor: a culture in the making. Oxford: *Unpublished Master Thesis* – University of Oxford.
- Carrascalão, M. (2003). Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de dezembro de 2003. In *Documento CAVR, Capítulo 3: História do Conflito*.
- Chrystello, C. (2000). *Timor-Leste: dossier secreto 1973-1975*. In <http://www.uc.pt/Timor/> Acedido em 12 de setembro de 2011.
- Cinatti, R. (1996). *Paisagens timorenses com vultos*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Duarte, J. B. (1981). *Ainda Timor*. Lisboa: Gatimor.
- Department of Foreign Affairs and Trade. (2000). *Documents on Australian Foreign Policy – Australia and the Indonesian incorporation of Portuguese Timor, 1974-1976*. Australia: Melbourne University Press.
- Dunn, J. (1983). *Timor: a people betrayed*. Queensland: Jacaranda Press.
- Felgas, H. E. (1952). Timor e as convulsões político-sociais do Oriente. *Revista Militar*, vol. 4, n. 8-9, pp. 582-591.
- Gunn, G. (1999). *Timor Loro Sae 500 Anos*. Macau: Livros do Oriente.
- Jolliffe, J. (1989). *Timor terra sangrenta*. Lisboa: Edições o jornal.
- Kohen, A. (1999). *From the place of the dead: bishop Belo and the struggle for East Timor*. Lion Books.
- Kohen, A., & Taylor, J. (1979). *An act of genocide: Indonesia's invasion of East Timor*. London: Tapol.

- Lara, A. de S. (1998). *Timor e a portugalidade*. Separata de Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Morreira. Lisboa: ISCSP.
- Lennox, R. (2000). *Fighting spirit of East Timor: the life of Martinho da Costa Lopes*. London and New York: Pluto Press.
- Malik, A. (1974). Carta de Adam Malik a José Manuel Ramos-Horta... 17 de Junho de 1974. In *Arquivo e Museu da Resistência*. Pasta: 05000.260. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.260> Acesso em 9 de setembro de 2022.
- Mendes, N. C. (2005). *A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste*. Lisboa: ISCP-UTL.
- Miranda, A. S. D. (2003). A cruz e sândalo: religião, tradição e gerações timorenses. (*dissertação de mestrado*), Lisboa: ISCTE.
- Moreira, A. (1977). *O drama de Timor – relatório da ONU sobre a descolonização*. Braga: Intervenção.
- Paulino, V. (2016). A primavera de 1974 em Portugal e Timor na boca dos leões. In S. Smith, N. C. Mendes, A. da Silva, A. da Costa, & C. Fernandes (Eds.), *Timor-Leste: the local, the regional, the global*. Proceedings from the Timor-Leste Studies Association Conference .Melbourne: Swinburne University Press.
- Paulino, V. (2009). Identidade e representação: uma abordagem da cultura timorense. (*dissertação de mestrado*), Lisboa: FCSH-UNL.
- Pires, M. L. (1991). *Descolonização de Timor: missão impossível*. Lisboa, Círculo de Leitores e Publicações D. Quixote.
- Ramos-Horta, J. (1994). *Timor-Leste: amanhã em Dili*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Riscado, F. A. et al. (1981). *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- Rocha, N. (1999). *Timor – o fim do império*. Editora Orbipress.
- Stilwell, P. (1995). *A condição humana em Ruy Cinatti*. Lisboa: Editorial Presença.

Direitos Autorais (c) 2022 Vicente Paulino



Este texto está protegido por uma licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Você tem o direito de Compartilhar - copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato - e Adaptar o documento - remixar, transformar, e criar a partir do material - para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que cumpra a condição de:

Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

[Resumodalicença](#) [Textocompletodalicença](#)